

## SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES E CONTROLADA

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Saraiva S.A. Livreiros Editores (“Controladora”), fundada em 1914, é sociedade anônima brasileira de capital aberto com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S A (“Varejo”).

Em 18 de junho de 2015, após reorganização societária, que consolidou o segmento editorial na Saraiva Educação Ltda. (“SE”) e transferiu seu controle para o Varejo, a Administração do Varejo celebrou Contrato de Compra e Venda com a Editora Ática S.A. (“Ática”), sociedade controlada pela Somos Educação S.A. (“SOMOS”) pela venda de 100% das quotas detidas da SE. O fechamento da operação ocorreu em 30 de dezembro de 2015 com a efetiva transferência das quotas da SE de acordo com os termos e demais condições de ajuste de preço previstas em contrato.

O Varejo é sociedade anônima brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Controladora, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros, periódicos, filmes, música, artigos de papelaria, multimídia, informática, produtos eletroeletrônicos e conteúdo digital, e-reader e com amplo portfólio de serviços voltado ao enriquecimento da experiência de compra. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede multiformato com modelos adaptados para cada mercado composta por 114 lojas, sendo 59 do tipo “Mega Store”, 3 em formato para aeroporto, 7 no formato “iTown”, 17 “Novas Tradicionais” e 28 tradicionais.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### ***2.1. Declaração de conformidade***

As demonstrações contábeis compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Controlada e do Varejo.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2017 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2016.

## **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelos seus valores justos.

## **2.3. Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

## **2.4. Principais fontes de julgamento e estimativas**

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Perdas com créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 5
- b) Perdas com obsolescência de estoques – nota explicativa nº 6
- c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 9
- d) Redução aos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa nº 12
- e) Redução ao valor de recuperação do ágio – nota explicativa nº 13
- f) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 15
- g) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 20
- h) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – nota explicativa nº 29

## **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas a seguir são adotadas pela Controladora pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### **a) Base de consolidação**

#### **Controlada**

As políticas financeiras e operacionais do Varejo são controladas pela Controladora. As demonstrações contábeis da empresa controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que tal controle

deixa de existir. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Controladora e do Varejo, encerradas na mesma data-base.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis do Varejo são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis relacionadas ao Varejo são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pela Controladora.

### ***Transações eliminadas na consolidação***

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Controladora e o Varejo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com o Varejo registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora.. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### ***b) Operação descontinuada***

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do restante das operações.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram classificados como operações descontinuadas o resultado das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, controlado pelo Varejo e que foi objeto do contrato celebrado entre o Varejo com a Ática. (nota explicativa nº 31).

### ***c) Receitas operacionais, custos e despesas***

O resultado das operações é apurado e reconhecido em conformidade com o regime contábil de competência, em que a informação sobre os efeitos das transações é reportada nos períodos em que tais efeitos são efetivamente produzidos.

As receitas relacionadas à revenda de mercadorias do Varejo e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados às mercadorias e aos produtos vendidos. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

As receitas com a prestação de serviços são reconhecidas pelo regime de competência de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir, bem como o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

As vendas que resultam na emissão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo (“Saraiva Plus”) são contabilizadas como receita diferida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas. A receita diferida é reconhecida ao resultado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e por expiração do direito de uso dos pontos.

***d) Transações e saldos em moeda estrangeira***

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

***e) Instrumentos financeiros***

***i) Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento***

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data em que são assinados os contratos.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

***ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração***

***Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado***

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e as mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros, são reconhecidas no resultado do exercício.

***Empréstimos e recebíveis***

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

### *Caixa e equivalentes de caixa*

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

### ***iii) Passivos financeiros não derivativos – reconhecimento, baixa e mensuração***

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data em que são assumidas as disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

### ***iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge***

Compreendem as operações cujo valor se altera em resposta a mudanças na taxa de câmbio, liquidadas em datas futuras. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e ajustados pelo valor justo na data de encerramento de cada exercício. São consideradas nessa categoria as operações de “swap” para os empréstimos em moeda estrangeira.

#### *Contabilidade de hedge (hedge accounting) para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira*

A Administração adota as regras de contabilidade de hedge para registrar, nos mesmos períodos contábeis, os efeitos do derivativo formalmente designado como instrumento de hedge, assim como do item protegido, relacionados às diferenças entre as moedas estrangeiras e a moeda funcional.

A parcela efetiva do hedge, correspondente às diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um ativo financeiro designado como hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida no resultado. A parcela mantida em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificada para o resultado com a liquidação do passivo financeiro objeto de hedge.

### ***f) Contas a receber de clientes e perdas com créditos de liquidação duvidosa***

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de perdas com créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

***g) Estoques de mercadorias para revenda***

Registrados pelo custo médio de aquisição, quando aplicável, deduzidos de perdas com obsolescência para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

As perdas com obsolescência do estoque de mercadorias para revenda do Varejo são estimadas e reconhecidas para itens sem movimentação ou baixo giro, obsoletos e para os itens que não apresentarem condição de venda, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração de acordo com critérios estabelecidos na política interna para obsolescência de estoques.

***h) Investimentos***

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Controladora. O lucro não realizado decorrente das operações comerciais da Controladora com o Varejo é eliminado por meio de equivalência patrimonial (Nota explicativa nº11).

***i) Imobilizado***

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas para redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (Nota explicativa nº 12). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Controladora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (Nota explicativa nº 12).

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, dado que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

***j) Intangível***

*Adquiridos separadamente:*

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor

recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada (nota explicativa nº 13).

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos e amortizados linearmente pelo prazo de locação, se não possuem valor residual.

#### *Gerados internamente:*

Os gastos com atividades de pesquisa, quando realizadas são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

#### *Baixa de ativos intangíveis*

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

#### *Ágio*

O ágio apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é resultante da aquisição e incorporação de empresa adquirida em 2008, amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser submetido ao teste de recuperação em bases anuais e independentemente da existência de indicadores de perda.

### ***k) Avaliação do valor recuperável dos ativos***

#### ***i. Ativos financeiros não derivativos***

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Controladora e as empresas controladas em condições que a Controladora e as empresas controladas não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

#### *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Controladora e o Varejo consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Controladora e o Varejo utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Controladora e o Varejo consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda estimada, tal redução é revertida por meio do resultado.

#### *Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

### **ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Controladora e do Varejo, exceto estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e o valor contábil ajustado ao valor recuperável, se aplicável. No caso do ágio e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente, independentemente de



indicação de perda.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo (UGCs), majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos necessários para vendê-lo. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente com uso de uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### ***l) Empréstimos e financiamentos***

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício pelo prazo de vigência dos contratos.

Os empréstimos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e estão vinculados às operações de “swap”, registradas pelo regime de competência e ambos mensurados ao seu valor justo. Os ganhos e as perdas apurados em virtude desses contratos são reconhecidos como ajustes no resultado financeiro.

#### ***m) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos***

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

#### ***n) Provisões***

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para

liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Controladora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 20.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

***o) Arrendamento mercantil***

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os demais casos são classificados como arrendamento operacional.

- Arrendamentos operacionais

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos.

- Arrendamentos financeiros

Capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida às correspondentes obrigações, líquidas dos encargos financeiros, registradas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato.

***p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos***

- Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, pelas alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis; e compensado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado para o exercício.

- **Diferidos**

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias apuradas pelo Varejo, e sobre diferenças temporárias da Controladora. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

**q) Receita diferida – programa de fidelização de clientes**

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica “receita diferida - programa de fidelização” pelo valor justo dos pontos acumulados e reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pela efetiva expiração do direito de uso dos créditos e pela amortização de parte do saldo de provisão relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências.

O valor justo é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao crédito e ajustado por uma parcela relacionada à expectativa de expiração do direito de utilização dos pontos pelos clientes. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 1º de abril de 2011 a cada 1.000 pontos o cliente tem o direito a R\$ 15,00 (quinze reais) de desconto em compras futuras de qualquer produto em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo.

**r) Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**s) *Remuneração baseada em ações***

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Controladora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 21 e).

O valor justo das opções de compra determinado na data da outorga de cada programa é registrado pelo método linear como despesa ao resultado dos exercícios durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas.

**t) *Dividendos e juros sobre o capital próprio***

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Controladora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Controladora. Por outro lado, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica “dividendos adicionais propostos”.

**u) *Apresentação do lucro líquido por ação***

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 28.

**v) *Receitas financeiras e despesas financeiras***

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e impostos a recuperar; e juros passivos e variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos e impostos a recolher. Os juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as variações monetárias e cambiais, de acordo com as taxas vigentes nas datas de encerramento do exercício.

**w) *Informação por segmento***

Os resultados por segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o único segmento em operação é o denominado Varejo.

**x) *Demonstração do valor adicionado (“DVA”)***

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seguindo

as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

**y) *Novas normas e interpretações não adotadas***

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Controladora e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Controladora e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

**IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Controlada e o Varejo ainda não concluíram a avaliação sobre os efeitos que a IFRS 9 terá em suas demonstrações contábeis e em suas divulgações.

**IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Controlada e o Varejo ainda não concluíram a avaliação sobre os efeitos que a IFRS 15 terá em suas demonstrações contábeis e em suas divulgações.

**IFRS 16 *Leases* (Arrendamentos)**

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 – *Leases* (Arrendamentos). A norma requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivo, estabelecendo um modelo único de contabilização para os arrendamentos. O IFRS 16 deve ser adotado obrigatoriamente a partir de 1 de janeiro de 2019. A Controlada e o Varejo ainda não concluíram a avaliação sobre os efeitos que a IFRS 16 terá em suas demonstrações contábeis e em suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas.

- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**z) Determinação do valor justo**

O valor justo é apurado e divulgado para ativos e passivos financeiros e não-financeiros, conforme o caso e quando aplicável, de acordo com os CPC 28, CPC 39 e CPC 40. O valor justo dos ativos e passivos financeiros está apresentado nas Notas explicativas números 14, 21.e) e 29.

#### **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

**a) Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Caixa e bancos - conta movimento	-	315	15.100	11.095
Aplicações financeiras - equivalente de caixa	<u>157</u>	<u>2.796</u>	<u>110.190</u>	<u>115.408</u>
	<u><u>157</u></u>	<u><u>3.111</u></u>	<u><u>125.290</u></u>	<u><u>126.503</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam, em sua grande maioria, entre 98% a 99,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

**b) Aplicações financeiras**

Aplicação financeira do Varejo com restrição de liquidez relacionada a garantia de empréstimos com o BNDES representada por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxa equivalente a 98% a 99,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Aplicações financeiras	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>62.513</u>

Em 30 de setembro de 2016, foram concluídas as negociações para substituição das garantias com a consequente liberação das aplicações financeiras.

A exposição a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 29.

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Duplicatas a receber	3.351	85.662	11.395	99.751
Cartões de crédito	-	-	351.152	222.036
Cheques a receber	-	-	17	3
	<u>3.351</u>	<u>85.662</u>	<u>362.564</u>	<u>321.790</u>
Perda com créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.351)</u>	<u>(3.186)</u>	<u>(5.070)</u>	<u>(3.430)</u>
	<u>-</u>	<u>82.476</u>	<u>357.494</u>	<u>318.360</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“duplicatas a receber”) é de 64 dias (58 dias em 31 de dezembro de 2015).

As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: Cielo, Rede e American Express.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

### a) Saldos por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
A vencer	-	81.016	354.540	311.316
Vencidos:				
Até 60 dias	-	1.287	370	1.958
De 61 a 90 dias	-	916	44	1.805
De 91 a 180 dias	15	1.221	176	2.473
Acima de 180 dias	<u>3.336</u>	<u>1.222</u>	<u>7.434</u>	<u>4.238</u>
	<u>3.351</u>	<u>85.662</u>	<u>362.564</u>	<u>321.790</u>

A perda com créditos de liquidação duvidosa é estimada com base na probabilidade de recebimento e leva em consideração evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Os créditos vencidos há mais de 180 dias, considerados irre recuperáveis, são mantidos em conta de provisão até o final do exercício em que são identificados e, são baixados das contas a receber de clientes no exercício seguinte.

### b) Movimentação da perda com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Saldos no início do exercício	(3.186)	(5.064)	(3.430)	(7.560)
Baixa dos créditos considerados				
irrecuperáveis de exercícios anteriores	3.186	4.078	3.198	6.203
Créditos considerados				
irrecuperáveis no exercício	(3.351)	(3.186)	(5.069)	(3.198)
Reversão de perda de exercício anterior	-	986	231	1.356
Perda do exercício	-	-	-	(231)
Saldos no fim do exercício	<u>(3.351)</u>	<u>(3.186)</u>	<u>(5.070)</u>	<u>(3.430)</u>

O valor registrado ao resultado é como segue:

	Consolidado	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Créditos considerados irrecuperáveis		
no exercício	(4.719)	(2.125)
Perda do período líquida da reversão		
de perda de exercício anterior	231	(411)
Recuperação de créditos considerados		
irrecuperáveis	<u>6</u>	<u>375</u>
	<u>(4.482)</u>	<u>(2.161)</u>

## 6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Mercadorias para revenda	-	-	290.888	287.243
Produtos em elaboração	-	3.829	-	3.829
Matérias-primas	-	4.984	-	4.984
Materiais de embalagem e consumo	-	18	1.157	1.800
	-	8.831	292.045	297.856
Lucro não realizado nos estoques				
(venda da Controladora para o Varejo)	-	-	-	(8.394)
	-	8.831	292.045	289.462

### Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência do Varejo são estimadas para os itens do estoque sem movimentação ou baixo giro, e para os itens que não apresentarem condição de venda, por deterioração ou obsolescência.



Em virtude do cenário econômico e das perspectivas de desaceleração do consumo, com reflexos na dinâmica de mercado de alguns produtos, a Administração do Varejo, em 31 de dezembro de 2015, revisou sua estimativa de perda com obsolescência de estoques de baixo giro e promoveu, naquele exercício, alterações nos parâmetros e premissas utilizados para estimar a obsolescência dos seus estoques.

Em 2016, a Administração determinou e endereçou ações objetivas para o escoamento dos estoques com baixo giro e obsoletos por meio de descontos e campanhas promocionais, além da venda de parte do estoque para empresas especializadas na compra de sucata e itens obsoletos e/ou deteriorados. O resultado das ações efetivadas representou uma reversão da perda no exercício no montante de R\$36.855.

A rubrica, mercadorias para revenda está líquida de perdas com obsolescência de estoque, no montante de R\$36.341 (R\$73.196 em 31 de dezembro de 2015).

## 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	67	4.051	85.615	98.438
Programa de Integração Social - PIS (ii)	493	2.341	18.214	24.240
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	4.359	-	25.350	-
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL	1.452	3.898	9.452	3.898
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.477	-	6.750	173
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	147	83.102	54.664
Contribuição Previdenciária - INSS	-	182	570	2.256
Outros	109	97	192	178
	<u>7.957</u>	<u>10.716</u>	<u>229.245</u>	<u>183.847</u>
Ativo circulante	7.957	10.716	181.152	145.746
Ativo não circulante	-	-	48.093	38.101
	<u>7.957</u>	<u>10.716</u>	<u>229.245</u>	<u>183.847</u>

(i) ICMS e ICMS ST das operações comerciais e de abastecimento do Varejo. Estão em curso, ações endereçadas à Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, onde estão centralizadas as operações de abastecimento do Varejo, com o propósito de recuperação de créditos acumulados por meio do sistema e-CredAc nos termos da legislação vigente no RICMS – SP para o deferimento de um crédito da ordem de R\$5.000. Em 2016 foi iniciado estudo com consultoria especializada para avaliar alternativas administrativas e/ou judiciais para dar celeridade ao processo de recuperação desses créditos.

(ii) Representado substancialmente por créditos das contribuições PIS/COFINS, originários das operações da Controladora e do Varejo, no montante de R\$103.817 (R\$122.665 em 31

de dezembro de 2015) apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 e 2016, não compensado até a data de encerramento do exercício com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições. Todas as obrigações acessórias relacionadas estão em compliance e são tempestivamente transmitidas, viabilizando as ações para o pedido de restituição dos créditos excedentes.

## **8. CONTAS A RECEBER PELA VENDA DO SEGMENTO EDITORIAL**

Em 30 de dezembro de 2016 foi recebida a última parcela retida em garantia para ajuste de preço nos termos do contrato, no montante de R\$24.721, R\$3.502 menor que o montante registrado nessa data, líquido de provisão para ajuste de preço no montante de R\$28.223.

O valor correspondente ao complemento de provisão para ajuste de preço foi registrado no resultado das operações descontinuadas do Varejo (Nota explicativa nº 31).

## **9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	48.622	29.801
Provisões para impostos e contribuições a recolher	1.464	826	2.650	8.785
Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação	-	-	14.145	8.499
Programa de fidelização Saraiva Plus	-	-	317	677
Perdas com obsolescência de estoque	557	3.459	12.913	28.346
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	-	19	42	54
Perda não realizada em operação de "swap"	-	12	-	12
Provisão participação nos resultados e gratificações	-	354	-	4.487
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	266	262
Provisão para ajuste de preço contábil final - venda do segmento editorial	-	-	-	10.732
Provisão parcela efetiva hedge accounting	-	-	45	-
Outras provisões	-	488	1.413	1.213
	<u>2.021</u>	<u>5.158</u>	<u>80.413</u>	<u>92.868</u>
Passivo não circulante:				
Provisão para perdas com estoque de livros	-	-	17.022	17.743
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de empresas	-	-	26.563	26.563
Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos"	5.810	5.810	5.810	5.810
Ganho não realizado em operação de "swap"	-	-	9.979	30.682
Provisão parcela efetiva hedge accounting	-	-	-	201
Outros	3	3	3	3
	<u>5.813</u>	<u>5.813</u>	<u>59.377</u>	<u>81.002</u>
	<u>(3.792)</u>	<u>(667)</u>	<u>21.036</u>	<u>11.854</u>
Ativo não circulante	-	-	24.828	12.521
Passivo não circulante	<u>(3.792)</u>	<u>(667)</u>	<u>(3.792)</u>	<u>(667)</u>
	<u>(3.792)</u>	<u>(667)</u>	<u>21.036</u>	<u>11.854</u>

A Administração considera a realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora e no Varejo, com base nos lucros tributáveis futuros.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(41.450)	(178.240)	(58.419)	(180.322)
Aliquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela aliquota fiscal combinada	14.093	60.602	19.862	61.310
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	(1.935)	(19)	(4.709)	(2.015)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(16.503)	(53.783)	(8.629)	-
Imposto sobre operações descontinuadas	-	-	-	13.244
Créditos fiscais não registrados	<u>386</u>	<u>(6.747)</u>	<u>386</u>	<u>(37.385)</u>
	<u>(3.959)</u>	<u>53</u>	<u>6.910</u>	<u>35.154</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Correntes	-	-	-	78.669
Diferidos	<u>(3.959)</u>	<u>53</u>	<u>6.910</u>	<u>(43.515)</u>
	<u>(3.959)</u>	<u>53</u>	<u>6.910</u>	<u>35.154</u>
Aliquota efetiva sobre o resultado líquido	<u>9,55%</u>	<u>-0,03%</u>	<u>-11,83%</u>	<u>-19,50%</u>

## 10. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas

As transações com as partes relacionadas compreendem operações de doações; reembolso de despesas da controlada; empréstimos de mútuo; cessão onerosa de ativo intangível e subscrição de capital.

Os empréstimos obtidos e/ou concedidos de e/ou para o Varejo possuem prazo de vencimento indeterminado e juros equivalentes a 110% da variação do CDI.

As doações são realizadas em espécie ao Instituto Jorge Saraiva, fundado em 2004 e destinado às ações sociais e comunitárias da comunidade local. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas doações no montante de R\$947 (R\$1.035 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, a Controladora assinou com o Varejo Termo de Cessão Onerosa (“TCO”) dos contratos de Arrendamento Mercantil, para licenças de uso de software do sistema de gestão empresarial SAP, com anuência das instituições financeiras credoras e nas mesmas condições inicialmente contratadas em 2014 e 2015.

A operação foi motivada pela venda do segmento editorial concluída em dezembro de 2015 e para fazer frente às atividades operacionais do Varejo, único semento de negócio remanescente. Além disso, viabilizou a liquidação da operação de empréstimo de mútuo com eficiência tributária.

A transação observou as condições de comutatividade e independência; foi realizada em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e não produziu efeitos significativos para a situação financeira e /ou resultados da Controladora e do Varejo.

O valor da operação foi de R\$50.000, determinado pelo seu valor justo, a partir de informações objetivas recebidas do fornecedor e detentor dos direitos das licenças de uso do sistema de gestão empresarial – SAP e com as mesmas condições comerciais conquistadas na aquisição realizada pela Controladora em 2014 e 2015.

Do montante de R\$50.000, foi descontado o valor de R\$20.033, correspondentes ao saldo em 31 de dezembro de 2016, ainda não adimplido dos contratos de arrendamento Mercantil. O pagamento do preço de R\$29.966, assim determinado, correspondeu a uma parcela a vista, liquidada na data de assinatura do TCO, com aproveitamento do saldo de empréstimo de mútuo a receber da Controladora, no montante de R\$18.134; e uma parcela de R\$11.833, vincenda em 31 de janeiro de 2018, atualizada pelo IGPM.

A movimentação dos empréstimos concedidos ao Varejo é como segue:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Saldos no início do exercício	128.055	-
Empréstimos concedidos		
liquidos dos recebimentos	21.734	115.231
Transferência para AFAC	(151.544)	-
Receitas financeiras	<u>1.755</u>	<u>12.824</u>
Saldos no fim do exercício	<u>-</u>	<u>128.055</u>

A movimentação dos empréstimos obtidos com o Varejo é como segue:

	<u>31/12/16</u>
Saldos no início do exercício	-
Empréstimos obtidos	38.309
Pagamentos efetuados	(21.274)
Pagamento 1ª parcela da cessão onerosa com aproveitamento de empréstimo de mútuo a pagar	(18.134)
Despesas financeiras	<u>1.099</u>
Saldos no fim do exercício	<u>-</u>

Os saldos e transações com o Varejo são como segue:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Saldos:		
Ativo:		
Empréstimos concedidos - contrato de mútuo (não circulante)	-	128.055
Cessão onerosa a receber (não circulante)	11.833	-
Outras contas a receber (circulante)	109	-
Passivo:		
Fornecedores (circulante)	-	7
Transações:	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Receitas financeiras	1.755	12.824
Despesas financeiras	1.099	-

b) Remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Pró-labore do conselho de administração	2.746	3.093	3.026	4.119
Pró-labore da diretoria	698	2.769	4.619	5.174
Subtotal	3.444	5.862	7.645	9.293
Remuneração baseada em ações	160	68	160	68
Outras remunerações	88	351	282	538
	<u>3.692</u>	<u>6.281</u>	<u>8.087</u>	<u>9.899</u>

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria.

Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

## 11. INVESTIMENTOS

A participação no Varejo e suas principais informações são como segue:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Quantidade de ações do capital social - milhares	489.666	249.121
Quantidade de ações possuídas - milhares	489.626	249.081
Participação no capital social	99,99%	99,98%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	96,44%	67,42%
Capital social	515.123	363.579
Patrimônio líquido	481.583	362.087
(-) Lucro não realizado nos estoques do Varejo	-	(8.394)
(-) Lucro não realizado em operação de venda do intangível para o Varejo	<u>(25.382)</u>	<u>-</u>
Total	<u>456.201</u>	<u>353.693</u>
Valor do investimento	<u>456.162</u>	<u>353.635</u>

A base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora é composta como segue:

	Controladora	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Prejuízo do Varejo	(29.256)	(164.121)
Ganho de capital	16	-
Lucro não realizado nos estoques sobre as vendas para o Varejo	8.394	5.908
Lucro não realizado em operação de venda do intangível para o Varejo	<u>(25.382)</u>	<u>-</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial ajustado	<u>(46.228)</u>	<u>(158.213)</u>
Equivalência patrimonial	<u>(46.226)</u>	<u>(158.186)</u>

As alterações registradas nas contas de investimentos foram as seguintes:

	Controladora	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Saldo no início do exercício	353.635	277.827
Aumento de capital no Varejo mediante conversão de AFAC	151.544	-
Lucro não realizado nos estoques do Varejo	8.394	5.907
Lucro não realizado em operação de venda do intangível para o Varejo	(25.382)	-
Participação no resultado do Varejo	(31.565)	68.153
Participação reflexa no hedge accounting do Varejo	(480)	391
Ganho de capital	16	-
Baixa de Investimento - Saraiva Educação	-	1.551
Baixa de Investimento - Minha Biblioteca	-	(164)
Baixa de Investimento - Editora Joaquim	-	(10)
Baixa de Investimento - Editora Pigmento	-	(10)
Baixa de Investimento - Editora Todas as Letras	-	(10)
Saldo no fim do exercício	<u>456.162</u>	<u>353.635</u>

Em 4 de março de 2016 a Controladora subscreveu integralmente o aumento de capital do Varejo no montante de R\$151.544, mediante a conversão de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, formalizado em 1 de março de 2016. Com a subscrição, a Controladora registrou ganho de capital de R\$16 e passou a deter 99,99% do capital social do Varejo.



As principais informações do Varejo são como segue:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Ativo total	1.309.888	1.580.330
Passivo circulante e não circulante	828.305	1.218.243
Patrimônio líquido	481.583	362.087
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Receita operacional líquida	1.737.563	1.773.443
Custo das mercadorias e serviços vendidos	<u>(1.143.284)</u>	<u>(1.250.369)</u>
Lucro bruto	594.279	523.074
Despesas operacionais	<u>(578.648)</u>	<u>(593.211)</u>
Depreciações	<u>(34.293)</u>	<u>(35.594)</u>
Outras	<u>32.136</u>	<u>(4.110)</u>
Resultado operacional	13.474	(109.841)
Resultado financeiro	<u>(53.599)</u>	<u>(89.380)</u>
Resultado antes dos impostos	<u>(40.125)</u>	<u>(199.221)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>10.869</u>	<u>35.101</u>
Resultado líquido das operações continuadas	<u>(29.256)</u>	<u>(164.120)</u>
Resultado líquido das operações descontinuadas	<u>(2.312)</u>	<u>232.284</u>
Lucro (prejuízo) líquido	<u>(31.568)</u>	<u>68.164</u>

## 12. IMOBILIZADO

		Controladora					
		31/12/16			31/12/15		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	18.503	-	18.503	18.527	-	18.527
Edifícios e construções	4	7.940	(5.768)	2.172	8.006	(5.561)	2.445
Máquinas e equipamentos	10	797	(788)	9	860	(846)	14
Móveis, utensílios e instalações	10	7.204	(5.689)	1.515	7.653	(5.790)	1.863
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.422	(4.111)	1.311	5.422	(3.312)	2.110
Equipamentos de informática	20	11.559	(10.973)	586	11.561	(10.450)	1.111
Imobilizado arrendado	20	828	(679)	149	828	(514)	314
		<u>52.253</u>	<u>(28.008)</u>	<u>24.245</u>	<u>52.857</u>	<u>(26.473)</u>	<u>26.384</u>

(\*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

		Consolidado					
		31/12/16			31/12/15		
Taxa anual de depreciação - %		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	18.506	-	18.506	18.530	-	18.530
Edifícios e construções	4	9.381	(6.957)	2.424	9.447	(6.694)	2.753
Máquinas e equipamentos	10	6.624	(2.869)	3.755	6.679	(2.421)	4.258
Móveis, utensílios e instalações	10	91.461	(64.102)	27.359	88.710	(58.321)	30.389
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	178.987	(155.464)	23.523	170.426	(145.564)	24.862
Veículos	20	460	(452)	8	697	(578)	119
Equipamentos de informática	20	60.956	(47.535)	13.421	56.822	(42.825)	13.997
Imobilizado arrendado	20	2.857	(2.300)	557	2.857	(1.731)	1.126
Imobilizado em andamento	-	1.577	-	1.577	3.327	-	3.327
		<u>370.809</u>	<u>(279.679)</u>	<u>91.130</u>	<u>357.495</u>	<u>(258.134)</u>	<u>99.361</u>

(\*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

		Controladora			
		31/12/15	Adições	Baixas	31/12/16
Custo:					
Terrenos		18.527	-	(24)	18.503
Edifícios e construções		8.006	-	(66)	7.940
Máquinas e equipamentos		860	-	(63)	797
Móveis, utensílios e instalações		7.653	-	(449)	7.204
Benfeitorias em imóveis de terceiros		5.422	-	-	5.422
Equipamentos de informática		11.561	-	(2)	11.559
Imobilizado arrendado		828	-	-	828
Total do custo		<u>52.857</u>	<u>-</u>	<u>(604)</u>	<u>52.253</u>
Depreciação acumulada:					
Edifícios e construções		(5.561)	(273)	66	(5.768)
Máquinas e equipamentos		(846)	(5)	63	(788)
Móveis, utensílios e instalações		(5.790)	(284)	385	(5.689)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(3.312)	(799)	-	(4.111)
Equipamentos de informática		(10.450)	(525)	2	(10.973)
Imobilizado arrendado		(514)	(165)	-	(679)
Total da depreciação		<u>(26.473)</u>	<u>(2.051)</u>	<u>516</u>	<u>(28.008)</u>
Valor líquido		<u>26.384</u>	<u>(2.051)</u>	<u>(88)</u>	<u>24.245</u>

Consolidado						
	31/12/15	Adições	Baixas	Transferências	Perda por redução ao valor recuperável	31/12/16
Custo:						
Terrenos	18.530	-	(24)	-	-	18.506
Edifícios e construções	9.447	-	(66)	-	-	9.381
Máquinas e equipamentos	6.679	15	(70)	-	-	6.624
Móveis, utensílios e instalações	88.710	2.464	(478)	928	(163)	91.461
Benfeitorias em imóveis de terceiros	170.426	7.765	(1.353)	2.227	(78)	178.987
Veículos	697	-	(237)	-	-	460
Equipamentos de informática	56.822	3.803	(349)	771	(91)	60.956
Imobilizado arrendado	2.857	-	-	-	-	2.857
Imobilizado em andamento	3.327	2.770	(754)	(3.766)	-	1.577
Total do custo	<u>357.495</u>	<u>16.817</u>	<u>(3.331)</u>	<u>160</u>	<u>(332)</u>	<u>370.809</u>
Depreciação acumulada:						
Edifícios e construções	(6.694)	(329)	66	-	-	(6.957)
Máquinas e equipamentos	(2.421)	(518)	70	-	-	(2.869)
Móveis, utensílios e instalações	(58.321)	(6.042)	411	(150)	-	(64.102)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(145.564)	(11.249)	1.349	-	-	(155.464)
Veículos	(578)	(83)	209	-	-	(452)
Equipamentos de informática	(42.825)	(5.049)	349	(10)	-	(47.535)
Imobilizado arrendado	(1.731)	(569)	-	-	-	(2.300)
Total da depreciação	<u>(258.134)</u>	<u>(23.839)</u>	<u>2.454</u>	<u>(160)</u>	<u>-</u>	<u>(279.679)</u>
Valor líquido	<u>99.361</u>	<u>(7.022)</u>	<u>(877)</u>	<u>-</u>	<u>(332)</u>	<u>91.130</u>

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração identificou eventos que denotaram a existência de indicadores de perdas e reconheceu no resultado do exercício a perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$332.

### 13. INTANGÍVEL

		Controladora					
		31/12/16			31/12/15		
Taxa anual de amortização - %		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	20	711	(497)	214	711	(372)	339
Intangível em andamento	-	-	-	-	23.815	-	23.815
		<u>711</u>	<u>(497)</u>	<u>214</u>	<u>24.526</u>	<u>(372)</u>	<u>24.154</u>

		Consolidado					
		31/12/16			31/12/15		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	-	79.248	(16.578)	62.670	79.248	(16.578)	62.670
Cessão comercial	20	32.103	(31.633)	470	32.916	(30.952)	1.964
Software	20	92.073	(55.458)	36.615	90.187	(43.482)	46.705
Marcas e patentes	-	63	-	63	63	-	63
Intangível arrendado	20	1.215	(1.198)	17	1.215	(1.099)	116
Intangível em andamento	-	43.246	-	43.246	33.486	-	33.486
		<u>247.948</u>	<u>(104.867)</u>	<u>143.081</u>	<u>237.115</u>	<u>(92.111)</u>	<u>145.004</u>

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

		Controladora			
		31/12/15	Adições	Baixas	31/12/16
Custo:					
Software		711	-	-	711
Intangível em andamento		<u>23.815</u>	<u>803</u>	<u>(24.618)</u>	<u>-</u>
Total do custo		<u>24.526</u>	<u>803</u>	<u>(24.618)</u>	<u>711</u>
Amortização acumulada:					
Software		<u>(372)</u>	<u>(125)</u>	<u>-</u>	<u>(497)</u>
Total da amortização		<u>(372)</u>	<u>(125)</u>	<u>-</u>	<u>(497)</u>
Valor líquido		<u>24.154</u>	<u>678</u>	<u>(24.618)</u>	<u>214</u>

	Consolidado				31/12/16
	31/12/15	Adições	Baixas	Transferências	
Custo:					
Ágio	79.248	-	-	-	79.248
Cessão comercial	32.916	-	(813)	-	32.103
Software	90.187	599	(4)	1.291	92.073
Marcas e patentes	63	-	-	-	63
Intangível arrendado	1.215	-	-	-	1.215
Intangível em andamento	33.486	11.911	(860)	(1.291)	43.246
Total do custo	<u>237.115</u>	<u>12.510</u>	<u>(1.677)</u>	<u>-</u>	<u>247.948</u>
Amortização acumulada:					
Ágio	(16.578)	-	-	-	(16.578)
Cessão comercial	(30.952)	(1.494)	813	-	(31.633)
Software	(43.482)	(11.980)	4	-	(55.458)
Intangível arrendado	(1.099)	(99)	-	-	(1.198)
Total da amortização	<u>(92.111)</u>	<u>(13.573)</u>	<u>817</u>	<u>-</u>	<u>(104.867)</u>
Valor líquido	<u>145.004</u>	<u>(1.063)</u>	<u>(860)</u>	<u>-</u>	<u>143.081</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração não identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas.

#### Ágio

	Data de aquisição	Consolidado	
		31/12/16	31/12/15
Ágio na aquisição de empresa:			
Siciliano	06/03/08	<u>62.670</u>	<u>62.670</u>

#### Siciliano

Em 31 de dezembro de 2016, o valor recuperável dessa UGC foi determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de cinco anos e taxa de desconto nominal de 16,8% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período de cinco anos, tais como crescimento de vendas, custos e despesas, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2017 a 2021 em linha com histórico de crescimento da UGC, bem como o cenário macroeconômico estimado para os próximos anos.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho histórico da Siciliano e no crescimento estimado das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

#### 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Em moeda nacional:				
BNDES	-	-	62.978	58.798
Empréstimos para capital de giro	6.825	10.022	141.750	260.249
Custos de captação a amortizar	-	-	(3.956)	(7.454)
Arrendamento financeiro	-	23.060	20.034	23.937
	<u>6.825</u>	<u>33.082</u>	<u>220.806</u>	<u>335.531</u>
Em moeda estrangeira:				
Empréstimos para capital de giro	-	-	122.416	340.357
	<u>6.825</u>	<u>33.082</u>	<u>343.222</u>	<u>675.888</u>
Passivo circulante	4.603	13.386	194.268	471.687
Passivo não circulante	<u>2.222</u>	<u>19.696</u>	<u>148.954</u>	<u>204.201</u>
	<u>6.825</u>	<u>33.082</u>	<u>343.222</u>	<u>675.888</u>

Os empréstimos denominados em moeda estrangeira, vinculados a operações com derivativos estão apresentados separadamente dos instrumentos financeiros derivativos, correspondentes a R\$21.631 registrados no ativo circulante e não circulante.

##### Resumo das características dos empréstimos e financiamentos

Controladora:

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2013	Abr/2018	Aval Livraria e recebíveis	R\$ 10.000	116,40% Variação CDI a.a.

Varejo:

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
BNDDES	Investimentos 2013/2016 na expansão e reforma da rede de lojas e novo CD	PROCULT Subcrédito A	Jul/2014	Ago/2022	Aval Controladora	R\$ 17.929	1,98% a.a. + UM Selic
BNDDES	Investimentos 2013/2016 na expansão e reforma da rede de lojas e novo CD	PROCULT Subcrédito B	Jul/2014	Ago/2022	Aval Controladora	R\$ 71.715	1,98% a.a. + TJLP (a)
BNDDES	Investimentos na implantação de 2 lojas iTown	FINEM Subcrédito C	Jul/2014	Ago/2019	Aval Controladora	R\$ 338	3,98% a.a. + UM Selic
BNDDES	Investimentos na implantação de 2 lojas iTown	FINEM Subcrédito D	Jul/2014	Ago/2019	Aval Controladora	R\$ 338	3,98% a.a. + TJLP (a)
BNDDES	Investimentos no capital de giro	PROCULT Subcrédito E	Jul/2014	Ago/2019	Aval Controladora	R\$ 39.224	2,48% a.a. + UM Selic
BNDDES	investimentos em tecnologia de plataformas de conteúdo digital social	PROCULT Subcrédito F	Jul/2014	Ago/2024	Aval Controladora	R\$ 7.740	0,98% a.a. + TJLP (a)
Banco Itaú S/A	Capital de giro	Oper 4131 c/ swap	Jan/2015	Jan/2018	Aval Controladora e recebíveis	R\$ 235.000	109,80% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2012	Jul/2018	Aval Controladora e recebíveis	R\$ 108.500	116,40% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Jul/2015	Ago/2018	Aval Controladora e recebíveis	R\$ 80.000	120,00% Variação CDI a.a.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Jan/2021	Bem arrendado	R\$ 10.709	Variação do CDI
SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Fev/2020	Bem arrendado	R\$ 12.223	Variação do CDI
Banco IBM S/A	Aquisição de software	Leasing	Nov/2011	Fev/2017	Bem arrendado	R\$ 2.812	Variação do CDI

- (a) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 7,5% (7% em 31 de dezembro de 2015).

### Financiamentos com o BNDES

Em 27 de junho de 2016, foram liberados R\$3.689 do contrato com o Varejo e em 16 de agosto de 2016 o BNDES autorizou o redimensionamento quantitativo do projeto resultando no cancelamento do saldo a liberar no montante de R\$79.148, demonstrado como segue:

#### Contratações

	<u>Varejo</u>
Valores contratados em 2014	137.284
Liberações	(58.136)
Cancelamento (*)	<u>(79.148)</u>
Saldo a liberar	<u><u>-</u></u>

#### Garantias

Os contratos com o BNDES estão garantidos por Carta de Fiança assinada com o Banco Itaú, no montante de R\$60.490. Em decorrência do redimensionamento do projeto e o cancelamento do saldo a liberar, foi cancelada em agosto de 2016 a fiança mantida com o Banco Santander no montante de R\$77 milhões.

### Empréstimos para capital de giro

#### *Operações contratadas como instrumentos de proteção eficaz – hedge accounting*

Com o objetivo de alongamento do prazo médio da dívida e adequação das necessidades de capital de giro, em janeiro e setembro de 2015 o Varejo contratou com os bancos Itaú BBA e

ABC Brasil operações de empréstimo nos termos da Lei 4.131/1962 – repasse Resolução BACEN 3.844/2010, vinculadas a operações de “swap” com variação monetária pelo CDI e taxas de juros pré e pós-fixadas.

As operações de empréstimo e instrumento derivativo de proteção realizadas com o Banco Itaú BBA International foram contratadas em 20 de janeiro de 2015, no montante de R\$235.000 (US\$89.524 mil) com taxa de juros de 3,53% a.a., com vencimento em 22 de janeiro de 2018, amortizações de principal e pagamento de juros trimestrais.

A operação de empréstimo e instrumento derivativo de proteção realizada com o ABC Brasil foi contratada em 22 de setembro de 2015, no montante de R\$20.000 (US\$5.135 mil) com taxa de juros de 6,95% a.a., com vencimento em 22 de setembro de 2016, tendo sido liquidado nessa mesma data.

Os instrumentos derivativos foram designados formalmente como hedge com o objetivo de compensar os riscos cambiais e de variação de taxas de juros.

#### *Outras operações contratadas para suprir necessidades de capital de giro*

Em janeiro de 2016, foi repactuado o empréstimo do Varejo com o Santander no montante de R\$45.000, à taxa de 133% da variação do CDI com dilatação do prazo em 6 meses, passando o vencimento para 18 de julho de 2016. O empréstimo foi liquidado em 18 de julho de 2016.

Em abril de 2015 para adequação dos fluxos de caixa da Controladora e do Varejo, foi realizada a consolidação de parte dos vencimentos dos empréstimos contraídos junto ao Banco do Brasil S.A. A repactuação contratual efetivada para o montante consolidado de R\$118.500 (R\$10.000 Controladora) dilatou o prazo em três anos com amortizações trimestrais e carência de um ano a uma taxa de 116,4% do CDI.

#### Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”) para a Controladora e para o Varejo

##### Contrato com o Banco Itaú BBA International

Até 31 de dezembro de 2015 o contrato exigia o atendimento de índices de desempenho que não foram atingidos por dois períodos consecutivos.

Em 23 de junho de 2016 foi assinado o 1º Aditamento ao contrato, que excluiu a obrigação da Controladora de manter os índices financeiros de desempenho durante a vigência do contrato, assim como, ratificou os entendimentos mantidos em 2015 sobre a anuência do credor pelo não atendimento aos índices financeiros de desempenho em 31 de dezembro de 2015.

##### Contrato da Controladora com o Banco do Brasil - Repactuação

O contrato com a Controladora está garantido por cessão de direitos creditórios representados por recebíveis de cartão de crédito e fiança do Varejo. Durante a vigência do contrato a Controladora deverá manter o seguinte índice financeiro, cuja mediação será anual com base nas demonstrações contábeis auditadas:

Dívida financeira líquida consolidada (ajustada) / EBITDA (consolidado) menor ou igual a 2,50

Atendimento à cláusula contratual em 31 de dezembro de 2016:



	<u>Exigido</u>	<u>Atingido</u>
Razão Dívida onerosa líquida / EBITDA menor ou igual	2,50	(4,08)

#### Contrato do Varejo com o Banco do Brasil - Repactuação

O contrato com o Varejo está garantido por aval da Controladora e cessão de direitos creditórios representados por recebíveis de cartão de crédito. Durante a vigência do contrato o Varejo deverá apresentar anualmente com base nas demonstrações contábeis anuais, o seguinte índice, sob pena de exigência da liquidação antecipada:

Dívida financeira líquida consolidada (ajustada) / EBITDA (consolidado) menor ou igual a 2,50

Atendimento à cláusula contratual em 31 de dezembro de 2016:

	<u>Exigido</u>	<u>Atingido</u>
Razão Dívida onerosa líquida / EBITDA menor ou igual	2,50	(4,08)

Para fins do disposto nos contratos com o Banco do Brasil S.A., é considerada a seguinte definição:

Dívida financeira líquida consolidada (ajustada) = somatório da dívida financeira total, incluídas as operações de mercado de capitais (emissão de valores mobiliários), descontadas as disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) e cartões de crédito a receber.

## **15. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO**

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos para aproveitamento de crédito em compras futuras.

De acordo com o regulamento do Programa vigente, a cada 1.000 pontos adquiridos o cliente adquire o direito ao desconto de R\$15,00 (quinze reais) em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os pontos expiram em um prazo de 12 meses.

A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização, é registrada em receita diferida e pelo valor justo dos pontos acumulados e reconhecida ao resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes; pela efetiva expiração do direito de uso dos créditos; e pela amortização de parte do saldo de provisão relativa a expectativa de expiração dos direitos de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências.

Em 31 de dezembro de 2016, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$933 (R\$1.994 em 31 de dezembro de 2015).

## 16. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Fornecedor - nacional	1.236	39.400	398.280	363.696
Fornecedor - exterior	-	478	4.696	6.255
Fornecedor - Varejo	-	7	-	-
	<u>1.236</u>	<u>39.885</u>	<u>402.976</u>	<u>369.951</u>

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## 17. CESSÃO DE CRÉDITOS DE FORNECEDORES COM TERCEIROS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Mercado local (risco sacado)	-	13.399	740	16.131

Alguns fornecedores têm a opção de ceder títulos da Controladora e do Varejo, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador.

Essa operação não trouxe nenhuma obrigação adicional a Controladora e sua controlada.

## 18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	107	299	1.586	1.868
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	1	28	287	408
Programa de Integração Social - PIS	1	-	15	35
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7	-	69	187
Imposto sobre Serviços - ISS	2	4	197	191
Parcelamento de tributos - Lei 12.996/14 (a)	-	-	2.067	2.201
Contribuição Sindical / Assistencial	-	4	52	33
	<u>118</u>	<u>335</u>	<u>4.273</u>	<u>4.923</u>
Passivo circulante	118	335	2.342	2.846
Passivo não circulante	-	-	1.931	2.077
	<u>118</u>	<u>335</u>	<u>4.273</u>	<u>4.923</u>

(a) Em 25 de agosto de 2014, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, o Varejo instruiu pedido de parcelamento para débitos tributários nos termos da Lei 12.996/2014, relacionados a compensações não homologadas de tributos federais, com créditos de PIS e COFINS apurados em 2007 e 2008, no montante de R\$2.245, sendo parte desse valor, no montante de R\$1.331, atribuída ao valor a pagar aos vendedores da empresa adquirida em 2008 (Siciliano S.A.). O valor pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$169 (R\$143 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

## 19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		
	31/12/15	Despesa	Pagamento 31/12/16
Férias	751	72	(600) 223
13º salário	-	176	(176) -
Salários a pagar	20	3.186	(3.108) 98
FGTS a recolher	480	1.019	(1.479) 20
INSS a recolher	1.045	1.515	(2.098) 462
Participação nos resultados	1.013	248	(1.261) -
	<u>3.309</u>	<u>6.216</u>	<u>(8.722) 803</u>

	Consolidado			
	<u>31/12/15</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/16</u>
Férias	9.903	14.130	(13.712)	10.321
13º salário	-	9.709	(9.709)	-
Salários a pagar	2.229	105.190	(102.754)	4.665
FGTS a recolher	2.206	14.989	(15.146)	2.049
INSS a recolher	7.828	33.699	(34.175)	7.352
Participação nos resultados	7.014	852	(7.866)	-
Bonus eventual (provisão)	3.400	(3.400)	-	-
	<u>32.580</u>	<u>175.169</u>	<u>(183.362)</u>	<u>24.387</u>

## 20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Controladora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações. A composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos é demonstrada a seguir:

### Provisões

	Controladora		
	<u>31/12/15</u>	<u>Constituição/ (Reversão)</u>	<u>31/12/16</u>
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	599	(599)	-
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (b)	1.142	24	1.166
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	688	2.453	3.141
	<u>2.429</u>	<u>1.878</u>	<u>4.307</u>
	Consolidado		
	<u>31/12/15</u>	<u>Constituição/ (Reversão)</u>	<u>31/12/16</u>
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	13.411	(13.411)	-
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (b)	2.872	65	2.937
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	5.310	1.674	6.984
ICMS - Auto de infração (d)	1.690	27	1.717
	<u>23.283</u>	<u>(11.645)</u>	<u>11.638</u>

(a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS, garantidas por depósitos judiciais. Relativamente às ações impetradas pela

Controladora, houve trânsito em julgado favorável para as ações que questionam a ampliação da base de cálculo das contribuições federais PIS e COFINS – Lei 9.718/98 e, desfavorável para a ação que questiona a majoração da alíquota da COFINS – Lei 9.718/98. Relativamente às ações impetradas pelo Varejo, houve a interposição de Recurso Especial pela União e pelo Varejo, sendo que os referidos recursos encontram-se pendentes de julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

- (b) Ações judiciais impetradas em 1989 pela Controladora e pelo Varejo para que fosse declarada a inexistência de relação jurídica da contribuição para o PIS, nos termos da Lei Complementar nº 7/70. As ações foram garantidas por depósitos judiciais efetuados no período entre abril de 1989 e maio de 1992, posteriormente levantados por autorização judicial. Julgado o mérito, houve o trânsito em julgado reconhecendo a validade e sujeição ao regime da Lei Complementar nº 7/70 e, por força do provimento dado ao agravo da Fazenda Nacional, o processo encontra-se em fase de apuração dos valores devidos à União Federal. Dessa forma, a Controladora e o Varejo reconheceram os respectivos montantes como provisão, na forma da opinião legal dos advogados que patrocinam a causa, considerando a melhor estimativa existente nas datas de encerramento dos períodos de relatório para o cálculo do desembolso necessário para liquidar os créditos tributários. Em 19 de fevereiro de 2010, a Controladora e o Varejo foram intimadas a refazer os depósitos judiciais, nos termos do trânsito em julgado nos montantes equivalentes a R\$99 para a Controladora e a R\$1.237 para o Varejo. O valor que liquida o crédito tributário ainda está em discussão, e será definido após conclusão de trabalho pericial. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic.
- (c) Processos trabalhistas da Controladora e do Varejo substancialmente relacionados a demissões no curso normal de seus negócios, no montante de R\$3.141 e R\$2.126, respectivamente. Processos cíveis do Varejo, substancialmente relacionados a processos judiciais de indenizações pleiteadas pelos clientes, no montante estimado de perda de R\$1.717.
- (d) O Varejo discutiu administrativamente autos de infração lavrados durante o exercício de 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual. Em 15 de maio de 2012 foi ajuizada ação para anular os autos de infração. Em 9 de novembro de 2012 foi realizado depósito judicial no montante de R\$533 para garantir a ação judicial e suspender a exigibilidade do crédito tributário referente aos autos de infração lavrados em 2011. Em 29 de novembro de 2012 e 4 de março de 2013, foram ajuizadas ações para anular os autos de infração lavrados em 2011, tendo sido deferido pedido para suspender a exigibilidade do crédito tributário. O montante provisionado é de R\$1.697 e corresponde ao valor principal e multa. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic.

### Depósitos judiciais

	Controladora		
	Acréscimo/		
	31/12/15	(Baixa)	31/12/16
PIS/COFINS (a)	1.486	(559)	927
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	7.451	-	8.716
Processos judiciais trabalhistas	351	654	1.005
	<u>15.354</u>	<u>95</u>	<u>16.714</u>
	Consolidado		
	Acréscimo/		
	31/12/15	(Baixa)	31/12/16
PIS/COFINS (a)	14.370	(13.348)	1.022
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	22.238	5.193	27.431
Processos judiciais trabalhistas	1.096	1.338	2.434
	<u>43.770</u>	<u>(6.817)</u>	<u>36.953</u>

- (a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS.
- (b) Inclui o montante de R\$13.993 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originários de liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS na importação do leitor digital – LEV.

### Passivos contingentes

A Administração da Controladora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$590.205, sendo R\$355.531 para a Controladora e R\$234.674 para o Varejo (R\$460.739 em 31 de dezembro de 2015, sendo R\$309.248 para a Controladora e R\$151.491 para o Varejo).

A composição dos principais passivos é como segue:

<u>Natureza do processo</u>	<u>Objeto</u>	<u>Valor Estimado</u>
a) Processos de natureza tributária		
INSS	Autos de infração contra a Controladora por falta de recolhimento sobre participação nos lucros de colaboradores e administradores e descumprimento de obrigações acessórias	12.100
IRPJ / CSLL / PIS / COFINS	Representados substancialmente por processos administrativos da Controladora e Varejo relacionados a compensação de créditos utilizados para o pagamento de IRPJ e CSLL, sendo que alguns garantidos por depósitos judiciais no montante consolidado de R\$6,944 e outros processos de naturezas variadas	352.201
ICMS	Ações e Autos de infração lavrados contra o Varejo relacionados a aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual	21.920
	A Controladora e o Varejo discutem, administrativa e judicialmente, processos tributários de naturezas variadas.	99.652
	Mandado de Segurança impetrado pelo Varejo em dezoito Estados, com Liminar Deferida para sete Estados para reconhecer a imunidade do ICMS sobre a comercialização do leitor digital - LEV	não estimável com segurança
PIS e Cofins	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para reconhecer alíquota zero sobre as vendas do leitor digital - LEV, com Liminares deferidas para 5 (cinco) dos 13 (treze) processos até 31 de março de 2015	não estimável com segurança
b) Tributos incidentes sobre processos de importação - II,IPI,ICMS,PIS e Cofins	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para 26 (vinte e seis) processos de importação (cargas) para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero de PIS e Cofins incidentes sobre a importação do leitor digital - LEV	21.132
c) Processos de natureza cível		
	Ação indenizatória ajuizada pela Livraria Cultura e Fernando Faria de Castro Brandão contra a Controladora e Varejo para discutir suposto plágio de projeto arquitetônico	1.780
	Diversas ações renovatórias ajuizadas pelo Varejo relacionadas a contratos de locação de suas lojas físicas	22.751
	Outros processos cíveis da Controladora de naturezas variadas e do Varejo relacionados a ações individuais de relações de consumo	1.134
d) Processos de natureza trabalhista		
	Diversas ações trabalhistas contra a Controladora e Varejo que discutem substancialmente a responsabilidade subsidiária ou o reconhecimento de vínculo de contrato de trabalho em contratos de prestação de serviço	57.535

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Controladora, no montante de R\$282.999 (R\$279.901 em 31 de dezembro de 2015), está representado por 26.701.745 ações, sendo 9.622.313 ações ordinárias e 17.079.432 ações preferenciais sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BMF&BOVESPA.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGO/AGE realizada em 28 de abril de 2015 foi aprovada a alteração do estatuto social da Controladora para majorar o limite do capital autorizado. A Controladora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, independentemente de reforma estatutária, em até 20.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGO/AGE realizada em 29 de abril de 2016 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$3.098, mediante transferência de parte da reserva para futuro aumento de capital.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Controladora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

### b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$233, com valor de mercado de R\$157 (R\$10,00 por ação - cotação em 31 de dezembro de 2016).

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2016, foi aprovado o cancelamento das ações preferenciais mantidas em tesouraria no montante de 1.894.378, representadas por R\$30.686 e com valor de mercado de R\$6.990, sem redução do valor do capital social.

### c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.



A Controladora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

d) Reserva legal

A Controladora não constituiu a reserva legal devido ao prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

e) Plano de opção de compra de ações da Controladora

Os Programas aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e colaboradores da Controladora e do Varejo. As opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Controladora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.

O valor justo para os programas de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada programa e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Despesas operacionais”, no resultado, e na rubrica “Reservas de lucros”, no patrimônio líquido, como segue:

Ano da outorga e programa	Valores registrados		Total	Valores a registrar em exercícios futuros
	Até o exercício findo em 31/12/15	No exercício findo em 31/12/16		
2011 - 6º Programa	256	-	256	-
2014 - 7º Programa (1ª tranche)	63	-	63	-
2014 - 7º Programa (2ª tranche)	92	14	106	-
2014 - 7º Programa (3ª tranche)	83	51	134	20
2014 - 7º Programa (4ª tranche)	79	48	127	70
2014 - 7º Programa (5ª tranche)	75	47	122	115
	<u>648</u>	<u>160</u>	<u>808</u>	<u>205</u>

A movimentação das outorgas de opções de compra de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:

	7º Programa (1ª tranche)	7º Programa (2ª tranche)	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Total de opções de compra de ações outorgadas	176.400	176.400	176.400	176.400	176.400
(-) Opções não exercidas e expiradas/canceladas	<u>(176.400)</u>	<u>(176.400)</u>	<u>(134.000)</u>	<u>(134.000)</u>	<u>(134.000)</u>
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2016	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42.400</u>	<u>42.400</u>	<u>42.400</u>

No período entre 11 de maio e 11 de setembro de 2015, as opções equivalentes a 93.800 ações do 7º Programa (1ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

No período entre 09 de maio e 09 de setembro de 2016, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (2ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em decorrência da saída de alguns dos beneficiários do 7º Programa, foi ajustado o número de opções no montante equivalente a 285.000.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em decorrência da saída de alguns dos beneficiários do 7º Programa, foi ajustado o número de opções no montante equivalente a 10.000.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	7º Programa (1ª tranche)	7º Programa (2ª tranche)	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Data da outorga	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014
Início do prazo de exercício das opções	11/05/2015	09/05/2016	08/05/2017	07/05/2018	13/05/2019
Término do prazo de exercício das opções	11/09/2015	09/09/2016	06/09/2017	06/09/2018	13/09/2019
Taxa de juro livre de risco	10,92%	11,31%	11,50%	11,68%	11,74%
Número de administradores e funcionários elegíveis	11	11	11	11	11
Preço fixado - R\$	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00
Indexador	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42.400</u>	<u>42.400</u>	<u>42.400</u>
Valor justo da opção na data da outorga - por opção - R\$	<u>1.41</u>	<u>2.58</u>	<u>3.64</u>	<u>4.64</u>	<u>5.57</u>
Valor da opção para exercício, corrigido pelo IPCA e ajustado pelos dividendos distribuídos até 31 de dezembro de 2016 - R\$	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.22</u>	<u>24.22</u>	<u>24.22</u>

f) Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de R\$11.190, líquido dos impostos diferidos de R\$5.856, representa: a) o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” da Controladora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, em montante equivalente a R\$11.279; e b) resultado de equivalência patrimonial reconhecido sobre os resultados abrangentes do Varejo, correspondente a perda financeira apurada, relacionado a parte efetiva do instrumento derivativo de hedge, no montante de R\$89.

g) Constituição de reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGO/AGE realizada em 29 de abril de 2016, foi aprovada a constituição de reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído no montante de R\$22.255.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 27 de março de 2017, apresentou proposta de distribuição do dividendo obrigatório retido do exercício social de 2015 no valor de R\$4.803, correspondente ao valor bruto de R\$0,18 por ação e equivalente a 22% do saldo da Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído, constituída nos termos do art. 202, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76, conforme deliberação tomada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28/04/2016. O Conselho de Administração propôs, também, fixar o dia 15 de dezembro de 2017 como a data de pagamento desses dividendos. Cabe esclarecer que a matéria deverá ser objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária prevista para ocorrer em 28/04/2017.

h) Reserva Estatutária

Será proposta pela Administração à Assembleia Geral Ordinária a absorção do prejuízo apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$49.804 à conta de Reserva Estatutária.

i) Participação de não controladores

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Saldos no início do exercício	58	48
Redução da participação	(16)	-
Participação no resultado do exercício	<u>(3)</u>	<u>10</u>
Saldos no fim do exercício	<u>39</u>	<u>58</u>

## 22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Receita operacional líquida:		
Venda de mercadorias e serviços	1.930.522	1.939.453
(-) Impostos incidentes	(154.357)	(126.270)
(-) Devoluções	(39.663)	(41.818)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	<u>1.061</u>	<u>1.450</u>
	<u>1.737.563</u>	<u>1.772.815</u>

## 23. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Mercadorias	-	-	(1.122.355)	(1.195.519)
Custo dos serviços vendidos	-	-	(20.929)	(15.268)
Despesa com pessoal e encargos	(8.038)	(19.026)	(228.027)	(267.395)
Honorários dos administradores	(3.444)	(5.862)	(7.645)	(9.293)
Direitos autorais	-	-	(165)	(586)
Propaganda e publicidade	-	-	(31.704)	(28.245)
Arrendamentos operacionais	-	-	(69.622)	(71.493)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	(35.233)	(35.596)
Frete e embalagens	-	-	(54.205)	(61.377)
Serviços de informática	-	-	(29.105)	(26.724)
Viagens e estadias	-	-	(1.234)	(969)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	(28.355)	(31.115)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.482)	(2.161)
Outras	(6.738)	-	(107.091)	(83.145)
	<u>(18.220)</u>	<u>(24.888)</u>	<u>(1.740.152)</u>	<u>(1.828.886)</u>
Classificadas como:				
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(1.143.284)	(1.210.787)
Despesas com vendas	-	-	(476.656)	(486.372)
Despesas gerais e administrativas	<u>(18.220)</u>	<u>(24.888)</u>	<u>(120.212)</u>	<u>(131.727)</u>
	<u>(18.220)</u>	<u>(24.888)</u>	<u>(1.740.152)</u>	<u>(1.828.886)</u>

## 24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Resultado na baixa e/ou venda de ativo imobilizado	-	-	-	(208)
Provisão para perda de valor recuperável	-	-	(335)	(646)
Provisão para perda em investimento	-	(408)	-	(408)
Baixa de impostos a recuperar	-	-	-	(5.894)
Outras provisões operacionais	-	-	-	(967)
Baixa de créditos com fornecedores considerados irrecuperáveis	-	-	(4.276)	(1.248)
Baixa de depósitos judiciais	(16)	-	(84)	-
PIS/COFINS s/ outras receitas operacionais e financeiras	(411)	(758)	(5.177)	(2.352)
Cartão "private label"	-	-	(884)	(527)
Provisão para contingências	-	(554)	-	(3.947)
Sinistros com mercadorias	-	-	(125)	(698)
Outras despesas operacionais	-	-	(501)	(1.655)
	<u>(427)</u>	<u>(1.720)</u>	<u>(11.382)</u>	<u>(18.550)</u>

## 25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Resultado na venda de ativo permanente	25.566	-	890	-
Cartão presente não resgatado, e outros créditos de clientes não reclamados	-	-	10.888	10.494
Contribuições sociais a recuperar (i)	-	-	19.042	-
Aluguel de imóvel	1.805	-	1.805	-
Despesas recuperadas	12	-	2.687	1.725
Vendas de saldos e outros produtos	-	-	10	-
Indenizações por sinistros com mercadorias	2	-	154	-
Centro de serviço compartilhado	-	-	4.639	-
Reversão provisão para contingências	-	-	777	-
Outras receitas operacionais	<u>486</u>	<u>-</u>	<u>4.688</u>	<u>501</u>
	<u>27.871</u>	<u>-</u>	<u>45.580</u>	<u>12.720</u>

(i) Créditos de INSS, PIS e COFINS, constituídos com base na opinião dos assessores jurídicos.

## 26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
<b>Receitas financeiras:</b>				
Receitas sobre aplicações financeiras	335	7.684	19.094	15.169
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	-	-	43.623	-
Juros sobre empréstimos a controladas	1.755	12.824	-	-
Juros recebidos de clientes	18	-	127	13
Juros sobre impostos a recuperar	2.035	910	5.310	2.984
Descontos financeiros obtidos	68	-	407	471
Juros sobre outras contas a receber - venda segmento editorial	-	-	19.391	-
Valor justo - contrato de cambio	-	-	-	(255)
Outros juros e variações ativas	4	1.243	1.100	2.179
	<u>4.215</u>	<u>22.661</u>	<u>89.052</u>	<u>20.561</u>
<b>Despesas financeiras:</b>				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(1.797)	(7.479)	(47.291)	(183.226)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controlada	(1.099)	-	-	-
Valor justo - operação "swap"	-	2.458	(62.975)	106.881
Descontos financeiros concedidos	-	-	(170)	(202)
Outros juros e variações passivas	(829)	(6.101)	(19.642)	(11.212)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(294)	-	(1.741)	(2.805)
Outras comissões financeiras	(130)	(2.385)	(8.672)	(8.209)
Operações "Non-deliverable Forward - NDF"	14	(49)	(281)	(49)
Outras despesas financeiras	(128)	(203)	(1.927)	(2.217)
	<u>(4.263)</u>	<u>(13.759)</u>	<u>(142.699)</u>	<u>(101.039)</u>
	<u>(48)</u>	<u>8.902</u>	<u>(53.647)</u>	<u>(80.478)</u>

## 27. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2016, o Varejo possuía 113 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e

Administrativa do Varejo possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). As despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, são como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
<b>Arrendamentos operacionais - nota explicativa 23</b>	<b><u>69.622</u></b>	<b><u>71.493</u></b>

O saldo da rubrica “Arrendamento operacional - locação de lojas” no passivo circulante em 31 de dezembro de 2016 no consolidado é de R\$12.604 (R\$11.068 em 31 de dezembro de 2015).

Os compromissos futuros (consolidado), oriundos dos contratos de arrendamento operacional, em 31 de dezembro de 2016 totalizam um montante mínimo de R\$234.014, sendo:

<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
Até 31/12/17	82.103
De 01/01/18 a 31/12/18	55.044
De 01/01/19 a 31/12/19	40.225
De 01/01/20 a 31/12/20	21.098
De 01/01/21 a 31/12/21	12.378
Demais vencimentos até 2022	<u>23.166</u>
	<u><u>234.014</u></u>

## 28. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O estatuto social da Controladora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):



	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/16 a 31/12/16			01/01/16 a 31/12/16			01/01/16 a 31/12/16		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Controladora	(16.741)	(33.063)	(49.804)	(17.307)	(34.183)	(51.490)	566	1.120	1.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Lucro (prejuízo) por ação - básico - R\$	(1,74260)	(1,93586)		(1,80160)	(2,00143)		0,05897	0,06557	
Lucro (prejuízo) por ação - diluído - R\$	(1,74260)	(1,92974)		(1,80160)	(1,99510)		0,05897	0,06536	

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/15 a 31/12/15			01/01/15 a 31/12/15			01/01/15 a 31/12/15		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Controladora	33.732	59.972	93.704	(64.145)	(114.042)	(178.187)	97.877	174.014	271.891
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Prejuízo por ação - básico - R\$	3,51133	3,51133		(6,67717)	(6,67715)		10,18850	10,18851	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	3,51133	3,49351		(6,67717)	(6,64327)		10,18850	10,13681	

## 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Gestão do risco de capital

Os objetivos da Controladora e do Varejo, ao administrar seu capital, são os de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

As estruturas de capital da Controladora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 14), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:



	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Empréstimos e financiamentos líquidos de instrumentos derivativos e aquisição de empresas	9.079	35.060	323.845	597.658
(-) Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e mútuo	<u>(157)</u>	<u>(131.166)</u>	<u>(125.290)</u>	<u>(189.016)</u>
Dívida líquida	8.922	(96.106)	198.555	408.642
Patrimônio líquido	<u>491.822</u>	<u>524.494</u>	<u>491.861</u>	<u>524.552</u>
Total	<u>500.744</u>	<u>428.388</u>	<u>690.416</u>	<u>933.194</u>
Índice de dívida líquida	<u>1.78%</u>	<u>-22.43%</u>	<u>28.76%</u>	<u>43.79%</u>

Periodicamente, a Administração da Controladora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	157	3.111
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	-	82.476
Partes relacionadas - contrato de mútuo	-	128.055
Partes relacionadas - cessão onerosa	<u>11.833</u>	<u>-</u>
	<u>11.990</u>	<u>213.642</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	6.825	33.082
Fornecedores	1.236	39.885
Cessão de créditos de fornecedores com terceiros	-	13.399
Outras obrigações	<u>7.057</u>	<u>36.126</u>
	<u>15.118</u>	<u>122.492</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa		
e aplicações financeiras	125.290	189.016
Valor justo - operação "swap"	21.631	83.249
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	<u>357.494</u>	<u>318.360</u>
	<u>504.415</u>	<u>590.625</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	220.807	335.531
Fornecedores	402.976	369.951
Cessão de créditos de fornecedores		
com terceiros	740	16.131
Arrendamento operacional e outras		
obrigações	19.661	50.149
Passivos - valor justo		
Empréstimos e financiamentos	<u>122.416</u>	<u>340.357</u>
	<u>766.600</u>	<u>1.112.119</u>

A Administração da Controladora é de opinião que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada exercício.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (CDI, TJLP e UM Selic) e taxas contratuais (nota explicativa nº 14) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada exercício está próximo do valor de mercado.

Não há mercado ativo para os empréstimos e financiamentos obtidos com o BNDES e, desta forma, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

c) Riscos financeiros

As atividades da Controladora e do Varejo estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do prêmio pago do derivativo que visa proteger a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Controladora e do Varejo segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área de Tesouraria da Controladora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

A Controladora e o Varejo estão expostos a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre os empréstimos tomados e suas aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos que representavam a exposição máxima a este risco estão apresentados no quadro abaixo:

		<u>Consolidado</u>
		<u>31/12/16</u>
	<u>Risco</u>	<u>Valor Contábil</u>
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	110.189
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	285.770
Fornecedores	Alta do CDI	4.000
Outras obrigações	Alta do CDI	2.254
Exposição		<u>402.213</u>

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Controladora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Controladora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Controladora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais.

- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Os eventuais efeitos nos saldos patrimoniais estão demonstrados na ocorrência dos cenários a seguir:

Operação	Risco	Valores patrimoniais		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI -				
Controladora	Baixa do CDI	(1)	(3)	(5)
Varejo	Baixa do CDI	<u>(368)</u>	<u>(918)</u>	<u>(1.828)</u>
		<u>(369)</u>	<u>(920)</u>	<u>(1.833)</u>
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI -				
Controladora	Alta do CDI	(71)	(179)	(359)
Varejo	Alta do CDI	<u>(2.436)</u>	<u>(6.103)</u>	<u>(12.251)</u>
		<u>(2.507)</u>	<u>(6.282)</u>	<u>(12.610)</u>
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI -				
Varejo	Alta do CDI	<u>(26)</u>	<u>(64)</u>	<u>(127)</u>
Fornecedores sujeitos a variação do CDI -				
Varejo	Alta do CDI	<u>(12)</u>	<u>(30)</u>	<u>(60)</u>
Outras obrigações sujeitas a variação do CDI -				
Controladora	Alta do CDI	<u>(91)</u>	<u>(228)</u>	<u>(456)</u>
Resultado líquido		<u>(3.005)</u>	<u>(7.524)</u>	<u>(15.087)</u>

#### Risco de taxa de juros

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

#### f) Gestão do risco de taxa de câmbio

Contratos de compra de Dólar norte-americano

As receitas da Controladora e do Varejo são expressas em reais; o risco cambial decorre de

eventuais operações comerciais, geradas, principalmente, pela importação de mercadorias e serviços denominada em dólar norte-americano (US\$). A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Controladora e do Varejo é a de proteger-se de eventuais importações, por meio de operações compostas por contratos de compra de dólar norte-americano (“Non-deliverable Forward - NDF”) sem entrega física ou Contratos de Câmbio com entrega física, utilizando somente como instrumento de proteção de valor e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na Controladora e no Varejo, entretanto, não designado como “hedge”.

Uma vez definida a importação é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias e serviços no mercado local dentro dos padrões de margem de lucros esperados e os prazos de entrega prováveis; a partir desse fato, define-se o preço de exercício e o vencimento que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte-americano.

A Controladora realizou durante os exercícios de 2014 e 2015, e o Varejo em 2016, operações relacionadas à compra a termo de quantia de dólar norte-americano sem entrega física (NDF). As operações do Varejo tiveram o propósito de proteção das operações de importação do seu e-reader – LEV. As operações são como segue:

Controladora:

Banco Itaú

Contrato	Vencimento	Taxa de câmbio - R\$		Valor de referência (US\$ mil)	Ganho (Perda) registrada(R\$)	
		Na data do contrato	Vencimento		31/12/16	31/12/15
19/12/2014	05/01/2015	2,6719	2,6719	150	-	5
19/12/2014	30/01/2015	2,6896	2,6896	250	-	(18)
29/09/2015	29/01/2016	4,2625	4,2625	120	14	(36)
				<u>520</u>	<u>14</u>	<u>(49)</u>

Varejo:

Banco Safra

Contrato	Vencimento	Taxa de câmbio - R\$		Valor de referência (US\$ mil)	Perda registrada (R\$)
		Na data do contrato	Vencimento		31/12/16
20/07/2016	07/10/2016	2,4271	2,3436	1.026	(122)
08/12/2016	06/01/2017	3,4280	3,2591	1.025	(173)
				<u>2.051</u>	<u>(295)</u>

Empréstimos denominados em moeda estrangeira

A Controladora e o Varejo captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira (dólar norte-americano - US\$) acrescidos de taxa de juros (nota explicativa nº 14), para os

quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI e taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Em sua forma, a operação vincula um contrato de empréstimo a uma operação de “swap” firmado na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidado pelo seu valor líquido. Na essência, as operações são empréstimos denominados em moeda local acrescidos de uma taxa de juros pré-fixada e/ou pós-fixada sujeitas à variação do CDI, conforme o caso.

Os instrumentos derivativos associados foram designados formalmente como hedge com o propósito de afastar o risco cambial e oscilações das taxas de juros contratadas.

O tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Exposição a moeda estrangeira

	R\$	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Empréstimos e financiamentos	100.785	257.108
Swap	<u>(100.785)</u>	<u>(257.108)</u>
Exposição líquida	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o detalhe dos contratos de “swap” em aberto é como segue:

Consolidado							
Banco	Vencimento	Valor de referência	Banco		Indexador	Juros	Valor
		(nacional)	Indexador	Juros			justo
Itaú	22/01/2018	235.000	US\$	3,53% a.a.	CDI	109,80% a.a.	21.631
		<u>235.000</u>					<u>21.631</u>

g) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Controladora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

A exposição máxima a este risco naquela data está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
	Valor	Valor	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	157	3.111	125.290	189.016
Contas a receber de clientes	-	82.476	357.494	318.360
Partes relacionadas - cessão onerosa	11.833	-	-	-
	<u>11.990</u>	<u>85.587</u>	<u>482.784</u>	<u>507.376</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$5.070 (R\$3.430 em 31 de dezembro de 2015), para cobrir os riscos de crédito.

#### h) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Controladora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Fornecedores	1.236	-	-	-	1.236
Empréstimos e financiamentos	5.025	2.345	-	-	7.370
Outras obrigações	4.803	-	2.254	-	7.057

  

Operação	Consolidado				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Fornecedores	402.976	-	-	-	402.976
Cessão de créditos de fornecedores com terceiros	740	-	-	-	740
Empréstimos e financiamentos	198.434	110.173	47.651	8.249	364.508
Arrendamento operacional e outras obrigações	17.407	-	2.254	-	19.661

i) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Controladora e o Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as administradoras de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

j) Linhas de crédito

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Empréstimos:		
Utilizado	240.637	523.208
Financiamentos:		
Utilizado	58.136	54.447
Não utilizado	-	82.837

k) Garantias concedidas

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/16</u>
Cartas de fiança em garantia de fornecimento de mercadorias para o Varejo	40.000
Carta de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	11.638
Cartas de fiança em garantia ao contrato de financiamento junto ao BNDES	<u>64.576</u>
	<u>116.214</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as cartas de fiança concedidas geraram despesas financeiras de R\$8.672 (R\$8.209 em 31 de dezembro de 2015).

l) Valor contábil e valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:



	Controladora		Consolidado	
	31/12/16		31/12/16	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	157	157	125.290	125.290
Valor justo - operação "swap"	-	-	21.631	21.631
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	-	-	357.494	357.494
Partes relacionadas - cessão onerosa	11.833	11.833	-	-
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	6.825	6.898	220.807	222.683
Fornecedores	1.236	1.236	402.976	402.976
Cessão de créditos de fornecedores com terceiros	-	-	740	740
Arrendamento operacional e outras obrigações	7.057	7.057	19.661	19.661
Passivos - valor justo				
Empréstimos e financiamentos	-	-	122.416	122.416

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.
- Empréstimos e financiamentos e derivativos (swap) – O valor justo para as operações com derivativos da Controladora e do Varejo foram calculados com base no valor futuro das operações determinado conforme as taxas e condições contratadas, descontado a valor presente pelas taxas referenciais de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA, pelo prazo a decorrer. Relativamente às operações de empréstimos e financiamentos da Controladora e do Varejo contratadas com o BNDES, a Administração entende que o valor contábil representa a melhor referência de valor justo uma vez que as taxas praticadas são específicas para operações com o BNDES.

A Controladora divulga seus ativos e passivos a valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidenciação dos instrumentos financeiros.

## Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Abaixo apresentamos os ativos e passivos da Controladora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	-	157	-	157

  

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	15.100	110.190	-	125.290
Valor justo - operação "swap"	-	21.631	-	21.631
Valor justo - empréstimos e financiamentos	-	(122.416)	-	(122.416)
	15.100	9.405	-	24.505

## 30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Com a reorganização societária ocorrida em junho de 2015, a gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, passou a ser realizada através do único segmento denominado “Varejo”.

O segmento Varejo corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A distribuição é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo comércio eletrônico Saraiva.com.br.

## 31. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado das operações do segmento editorial, objeto do Contrato de Compra e Venda de Quotas e outras Avenças celebrado entre o Varejo com a Ática pela venda

da SE.

O segmento Editora não era anteriormente classificado como uma operação descontinuada ou como mantido para venda. A demonstração de resultados comparativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para apresentação da operação descontinuada separadamente das operações continuadas, é como segue:

#### Resultado líquido de operações descontinuadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Receita operacional líquida	16.181	425.008	16.181	385.426
CPV	<u>(15.430)</u>	<u>(191.967)</u>	<u>(7.036)</u>	<u>(186.059)</u>
Lucro bruto	751	233.041	9.145	199.367
Despesas operacionais	(5.843)	(156.781)	(5.843)	(156.153)
Equivalência patrimonial	(2.312)	233.376	-	-
Depreciações	-	(1.747)	-	(1.747)
Outras	<u>304</u>	<u>(12.369)</u>	<u>(3.200)</u>	<u>320.486</u>
	<u>(7.851)</u>	<u>62.479</u>	<u>(9.043)</u>	<u>162.586</u>
Lucro (Prejuízo) operacional	(7.100)	295.520	102	361.953
Despesas financeiras	(441)	(16.947)	(441)	(16.947)
Receitas financeiras	<u>-</u>	<u>1.465</u>	<u>-</u>	<u>1.465</u>
	<u>(441)</u>	<u>(15.482)</u>	<u>(441)</u>	<u>(15.482)</u>
Lucro (Prejuízo) líquido antes do IR	(7.541)	280.038	(339)	346.471
IR diferido	834	17.096	2.025	54.713
IR despesa	<u>-</u>	<u>(25.243)</u>	<u>-</u>	<u>(162.302)</u>
Resultado das operações descontinuadas	<u>(6.707)</u>	<u>271.891</u>	<u>1.686</u>	<u>238.882</u>

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$1.686 (R\$238.882 em 31 de dezembro de 2015) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

#### Fluxo de caixa de (usado em) operações descontinuadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	41.024	215.821	406.263	214.932
Caixa líquido das atividades de investimento	2.312	(186.361)	-	76.108
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(4.254)</u>	<u>57.470</u>	<u>4.140</u>	<u>20.450</u>
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	<u>39.082</u>	<u>86.930</u>	<u>410.403</u>	<u>311.490</u>

### 32. COBERTURA DE SEGUROS

A Controladora e o Varejo adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas dos seguros são assim demonstradas:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Lucros cessantes	100.000	100.000
Incêndio - importância máxima	118.364	57.000
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	50.000	50.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima	1.025	1.025

### 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de fevereiro de 2017 o Varejo assinou Contrato Master de Arrendamento Mercantil com a HP Financial Services arrendamento Mercantil S.A. para equipamentos, softwares e serviços técnicos no montante de R\$ 6,5 milhões, com prazo de 36 meses.

Em 8 de março de 2017, por unanimidade de votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os livros eletrônicos (*e-books*); os *e-readers*, assim compreendidos como suportes físicos ou mesmo imateriais utilizados na veiculação de livros; e os acessórios e componentes dos livros e periódicos estão abrangidos pela imunidade tributária (IPI, ICMS e II) prevista na Constituição Federal de 1988 para os livros impressos. A decisão beneficia diretamente as ações em curso instruídas pelo Varejo para importação do seu *e-reader*, garantidas por depósitos judiciais no montante de R\$13 milhões.